

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

2010

VOLUME I



Estado do Paraná
Secretaria de Estado de Educação

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
EDUCACIONAL**

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO – SUED
DIRETORIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS – DPPE
FACULDADE ESTADUAL DE CAMPO MOURÃO – FECILCAM
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE**

**EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO DO PERÍODO
NOTURNO: reflexões para uma ação inovadora**

JURACI ALVES MIRANDA

Artigo Final apresentado à Faculdade Estadual de Campo Mourão – FECILCAM e à Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED, como requisito para conclusão da participação no Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, sob orientação da Professora Mestre Cleudet de Assis Scherer

**CAMPO MOURÃO
2012**

EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO DO PERÍODO NOTURNO: reflexões para uma ação inovadora

Juraci Alves Miranda¹

Cleudet de Assis Scherer²

Resumo

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre as causas que levam o aluno a abandonar os estudos, bem como analisar sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas nos últimos anos. O resultado da pesquisa realizada com os alunos mostrou que o trabalho e a falta de interesse são os principais motivos para o fracasso escolar. A organização curricular e a escolha dos conteúdos apontam para a descaracterização da real finalidade da escola na formação do educando, ao desenvolver práticas educativas voltadas para o acolhimento social e para o desenvolvimento de valores, atitudes, competências e habilidades exigidas para uma sociedade flexível e globalizada. A descaracterização da função da escola tem agravado a falta de interesse dos alunos com os estudos, tendo em vista que a atividade educativa não tem possibilitado a emancipação humana e, dessa forma, tem reproduzido a sociedade capitalista, caracterizada pelo consumo, competitividade e incertezas, onde o rico compõe a minoria e o pobre a grande massa trabalhadora, despreparada e desprovida da cultura científica necessária ao desenvolvimento integral do indivíduo.

Palavras-chave: evasão escolar; reflexão; práticas pedagógicas; finalidade educativa.

1 Introdução

A evasão escolar é um problema que vem sendo discutido por pesquisadores e educadores, mas é uma situação que parece estar longe de ser

¹ Professora Pedagoga do Colégio Estadual de Campo Mourão e pós graduada em Filosofia: Os Valores Fundantes da civilização Ocidental. E-mail: juracialvesmiranda@hotmail.com

² Pedagoga, Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá, Área Desenvolvimento, Aprendizagem e Formação de Professores. Professora do Departamento de Pedagogia da UNESPAR/FECILCAM.

resolvida, tendo em vista os índices de abandono da escola que vêm aumentando ano a ano e as altas taxas de reprovação, que caracterizam o fracasso escolar.

São muitos os motivos que conduzem o estudante a abandonar seus estudos, entre eles está o trabalho e a falta de interesse associado ao fato de a escola não estar preparada para possibilitar aos alunos e professores condições necessárias que promovam uma educação de qualidade. Torna-se uma situação ainda mais problemática quando se observa o descaso que o poder público tem em relação à educação, o que contribui, conseqüentemente, para que o aluno abandone a escola.

Esse tema instiga o questionamento no sentido de descobrir como resolver ou ao menos, como contribuir para que aconteça uma diminuição da evasão escolar no Ensino Médio.

Dados apresentados pela SERE – Secretaria de Educação Regional, relativos ao ano de 2009, mostram que no Colégio Estadual de Campo Mourão 25,77% dos alunos do Ensino Médio, matriculados no período noturno, abandonaram os estudos.

Os números levantados na pesquisa revelam que, dos 145 alunos matriculados nos três anos do Ensino Médio, 25 evadiram da escola e, dentre esses, somente em quatro casos foram diagnosticadas as causas da evasão e, posteriormente, encaminhados ao Conselho Tutelar por meio da Ficha de Comunicação de Aluno Ausente (FICA)³, onde foram desenvolvidas ações para o seu retorno às aulas, porém, sem sucesso. Esses alunos não conseguiram terminar o ano letivo, ficando, assim, excluídos da escola.

Diante dos poucos estudos realizados pela escola e por outras instituições, por meio de pesquisa, foi possível perceber que vários são os fatores que contribuem para a falta de estímulo e desempenho do aluno, dentre eles, destacam-se os fatores internos, associados ao desenvolvimento psíquico do aluno, bem como os fatores externos de natureza socioeconômica.

Muitas vezes, os jovens se veem obrigados a optar pelo trabalho em detrimento do estudo, devido à necessidade de contribuir para o sustento da família.

³ Ficha “FICA” é um guia de recomendações relevantes para dar viabilidade ao Programa Mobilização para a Inclusão e Valorização da Vida. O objetivo é ter um relatório em tempo real sobre os casos de evasão escolar.

Além disso, o modelo de escola da atualidade já não desperta o interesse do aluno, o que compromete a aprendizagem, levando-o a abandonar os estudos.

Sabe-se, porém, que em muitos casos a escola se omite, culpando o próprio educando pelo fracasso escolar ou responsabilizando a família pela falta de interesse nas atividades escolares de seus filhos. Essas explicações acabam por não contemplar as verdadeiras causas que levam o aluno à evasão, isentando a escola de avaliar sua prática pedagógica, bem como uma melhor compreensão da sociedade capitalista, que tem promovido a desigualdade social conduzindo a divisão da sociedade em classes, na exploração do homem pelo homem.

Faz-se necessário conhecer a vivência do aluno que frequenta a escola pública. Jovens que vivem em um determinado tempo e espaço, em uma sociedade real, portanto, sujeitos históricos e determinados pelas relações sociais nas quais estão inseridos. Jovens trabalhadores ou desempregados provenientes das camadas populares, com sentimentos e atitudes reforçadas por valores produzidos pelos interesses dominantes de um sistema de produção capitalista que tem se perpetuado em nosso país, além das políticas educacionais desenvolvidas nos últimos anos.

Tal constatação justifica o desenvolvimento do projeto de intervenção pedagógica no colégio, com vistas a trabalhar com professores e pedagogos na mediação da implementação, para que juntos pudéssemos propor ações voltadas para uma prática que contemple a construção de uma educação de qualidade, comprometida com os interesses do aluno, contribuindo, assim, para diminuir as desigualdades sociais, com o intuito de levar o aluno a acreditar na instituição escolar e procurar nela um instrumento indispensável para a sua participação efetiva na sociedade, diminuindo, dessa forma, a evasão escolar.

O Colégio Estadual de Campo Mourão é um dos mais antigos colégios da cidade e atende alunos do Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante. A escolha desse Colégio foi motivada pela apresentação de um índice razoável de evasão escolar de alunos que cursam os três anos do Ensino Médio e, ainda, pelo fato de não haver nenhum registro de pesquisa realizada anteriormente com essa temática nessa unidade de ensino.

O objetivo geral que buscou-se alcançar com a implementação deste trabalho foi investigar, por meio de questionário junto aos professores, pedagogos e toda a comunidade escolar, as possíveis causas do abandono escolar dos alunos do

período noturno, a fim de minimizar o problema da evasão no referido Colégio. Para se alcançar tal objetivo, foram traçados os seguintes objetivos específicos: promover momentos de reflexão para discutir a respeito de práticas pedagógicas inovadoras; promover diálogo com o Conselho Tutelar e Promotoria Pública; elaborar propostas que possibilitem a prevenção da evasão escolar no Colégio, consolidando-as como ações a serem previstas no Projeto Político Pedagógico; promover o estudo das Diretrizes Curriculares para refletir sobre as concepções propostas no documento e demonstrar por meio de gráfico a situação da escola com relação à evasão escolar no Ensino Médio do período noturno nos dois últimos anos e refletir sobre suas causas.

2 O Fracasso Escolar

Conforme estudos realizados por diferentes autores (PATTO, 1996; LIBÂNEO, 1994; SAVIANI, 1994; AQUINO, 1997; PARO, 1999), o fracasso escolar tem sido uma das problemáticas recorrentes no âmbito escolar.

As justificativas que buscam explicar as dificuldades de aprendizagem da classe explorada têm servido de condição para a manutenção da burguesia no poder.

No século XIX, mais precisamente na década de 1930, a atribuição ao fracasso escolar foi baseada na teoria da genialidade hereditária, apoiada nos estudos de Darwin. Os médicos terapeutas e educadores buscavam a explicação das dificuldades de aprendizagem nas ciências biológicas por meio de uma visão organicista. Eram aplicados testes mentais que serviam para medir a aptidão, descobrindo os mais e os menos aptos, uma característica inata do sujeito. Os casos eram diagnosticados e tratados por psiquiatras dando origem à medicação do fracasso.

De acordo com Patto (1996), as crianças submetidas a esse diagnóstico eram provenientes da classe trabalhadora e esses testes, junto com as teorias racistas que pregavam a superioridade da raça branca em detrimento do negro, mestiço e índio, colaboraram para justificar o acesso desigual das classes sociais

aos bens culturais e, por muito tempo, tentou justificar o fracasso escolar de muitas crianças e jovens utilizando-se de explicações psicológicas.

Nessa perspectiva, o fracasso escolar é explicado pensando somente no fator psicológico, deixando de lado os aspectos sociais nos quais está inserido. Desse modo, tem mascarado até a atualidade a realidade educacional do nosso país.

A evasão escolar não pode ser atribuída somente a aspectos internos à escola ou ao indivíduo, mas está relacionada, também, a outros fatores que devem ser analisados e refletidos por toda a comunidade escolar.

Patto (1996) nos chama a atenção sobre a necessidade de avançarmos na busca de possibilidades para a superação do fracasso escolar, analisando que esse é um produto desenvolvido em um contexto social, político, cultural e econômico em que a criança e a escola estão inseridas e que apresenta contradições fortemente constituídas pela ideologia liberal. Fala, ainda, que é fundamental atribuímos a culpa maior a esse contexto, ao invés de justificar o fracasso pelos problemas emocionais, orgânicos e neurológicos.

Libâneo (2007, p. 7) pondera que a escola é uma instituição necessária à democratização da sociedade e o professor é o profissional necessário para que a aprendizagem escolar se efetive na busca dessa sociedade. Para o autor, a escola “[...] é aquela que assegura a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã, possibilitando uma relação autônoma, crítica e construtiva para a cultura em suas várias manifestações.” Porém, acrescenta que ela não é a única responsável pela democratização econômica e política, mas tem grande responsabilidade na formação das novas gerações no enfrentamento das novas exigências da sociedade moderna.

Para isso, segundo Libâneo (1994, p. 81), “a escola deve prover aos alunos conhecimentos sistematizados que contribuem para o seu desenvolvimento intelectual, sejam úteis para a atividade permanente de estudo e para a vida prática”.

A escola pública sucateada, sem uma proposta pedagógica eficiente para a classe trabalhadora, traz consequências sérias para nossos jovens. No que diz respeito ao período noturno, não podemos esquecer de analisar a relação escola e trabalho, pois este faz parte do cotidiano dos alunos, bem como dos professores. Ao chegarem à escola, já cumpriram uma jornada de pelo menos oito horas de trabalho

e encontram-se esgotados, o que tem resultado em um elevado índice de evasão e reprovação.

Sabe-se que muitas escolas vêm realizando tentativas de trazer o educando de volta à sala de aula, quase sempre sem sucesso. Uma dessas medidas é a participação no Programa Mobilização para a Inclusão Escolar e a Valorização da Vida⁴, criado pela Secretaria de Estado da Educação, em parceria com o Ministério Público. O objetivo é garantir que nenhuma criança fique fora da escola. Os alunos faltosos são encaminhados ao Conselho Tutelar por meio da Ficha de Comunicação de Aluno Ausente (FICA). Outro recurso adotado pelas escolas, inclusive no Colégio objeto deste estudo, é buscar o apoio e incentivo da família para manter os alunos na sala de aula. Também, por vezes, sem sucesso.

As faltas excessivas comprometem o desempenho dos alunos acarretando defasagem nos conteúdos e notas abaixo da média, fatores que os levam à reprovação ou à evasão.

A obrigação de encaminhar o aluno à escola e acompanhar a frequência escolar do mesmo é de todos e incluem os pais ou responsáveis legais, o Ministério Público e a escola. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, afirma que,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da Sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art.205).

Se a Educação Básica é direito de todos e está garantida nos documentos oficiais, é preciso questionar se a evasão não é uma forma de exclusão e qual seria a responsabilidade da escola diante desse problema.

Para responder a essa indagação, segue uma análise sobre as diretrizes pensadas para a educação pelos órgãos internacionais que buscam discutir o que deve ser feito para melhorar o ensino dentro da visão capitalista.

⁴ Mobilização para a Inclusão Escolar e Valorização da Vida é um programa concebido pela Secretaria de Estado da Educação, em parceria com o Ministério Público. Seu objetivo maior é garantir que nenhuma criança fique fora da escola, impedindo que o número da evasão escolar, motivada por vários fatores históricos, sociais e mesmo educacionais, continue a crescer no Paraná em proporções alarmantes (FICA, 2005).

As políticas educacionais criadas para orientar a educação nos últimos anos no Brasil resultaram dos debates da Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtien, na Tailândia, patrocinada pelo Banco Mundial. Trata-se de um estudo para se pensar sobre as políticas que devem ser realizadas nos países em desenvolvimento. Tem como objetivo atender as necessidades do mercado de trabalho promovendo a qualificação profissional e a formação de atitudes e valores comprometidos com a manutenção da ordem social capitalista, baseada na divisão de classe e na troca desigual.

O primeiro documento elaborado no Brasil a partir da Declaração de Jomtien⁵ foi o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003). A partir daí, seguem as Diretrizes Curriculares (2003-2010), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e a Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 9.394/1996.

Segundo a análise de Libâneo (2010, p. 2) a respeito das políticas educacionais desenvolvidas no Brasil sob a influência dos organismos internacionais, nos últimos 20 anos, “selaram o destino da escola pública brasileira e seu declínio”. A partir das novas orientações para a organização da educação inicia-se um esvaziamento dos objetivos e funções da escola no Brasil. Conforme o autor, esses documentos vêm reforçar oficialmente a ideia da escola Dualista, de um lado a escola do acolhimento social, cuja função é propiciar a convivência e a sociabilidade, a integração social para os pobres contrapondo a escola destinada à formação cultural e científica, à aprendizagem e tecnologias para os filhos dos ricos.

A escola na perspectiva do acolhimento social passa a ser pensada por meio de estratégias pedagógicas humanistas voltadas para o respeito às diferenças sociais e culturais e às diferenças psicológicas, onde a escola deve buscar a flexibilização da forma de avaliar e ensinar, pensando na inclusão com o objetivo de socializar e não como o acesso de todos à cultura e aos conhecimentos científicos acumulados pela humanidade como base para o desenvolvimento cognitivo.

O conhecimento, construção histórica da humanidade é substituído por saberes, onde o aluno passa a ter uma formação a partir de experiências imediatas,

⁵ Declaração de Jomtien: documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na cidade de Jomtien, na Tailândia, em 1990, também chamada Declaração Mundial de Educação para Todos. É considerada um dos principais documentos mundiais sobre educação. No Brasil, o Ministério da Educação divulgou o Plano Decenal de Educação para Todos para o período de 1993 a 2003, elaborado em cumprimento às resoluções da Conferência. MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Declaração de Jomtien (verbete). **EducaBrasil**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=111>>. Acesso em: 29 maio 2012.

vivenciadas dentro do seu cotidiano. Busca-se uma formação de sujeitos solidários, de respeito em relação ao outro e às diferenças, excluindo das discussões nos documentos educacionais termos como desigualdades sociais, transformação social, lutas de classe, contradições, exaltando a coesão social, solidariedade, equidade e harmonia.

Seguindo essa visão, a escola passa a contribuir, segundo Galuch e Sforzi (2011), para a compreensão de que trabalhadores, embora residam em regiões diferentes e exerçam atividades diferentes, fazem parte de uma única classe e devem buscar a harmonia, o viver juntos. Dessa forma, a união dos homens para a transformação das condições sociais que geram as desigualdades acaba dando lugar para a valorização da diversidade social e cultural, possibilitando, então a manutenção da sociedade de classes.

Outro aspecto que deve ser destacado em relação à Declaração sobre Educação para Todos, na visão de Torres (2001), é que, em uma análise pedagógica, as diretrizes apontadas por esse documento reduz o papel da escola à função de desempenhar uma educação voltada às necessidades básicas de aprendizagem. Os conteúdos devem servir de instrumentos que possibilitem ao indivíduo habilidades mínimas para a sobrevivência. Deve-se propiciar a aprendizagem da escrita, do domínio da leitura, cálculo, noções básicas de saúde e outros conhecimentos utilizáveis na vida prática do sujeito, esvaziando as formas superiores de pensamento.

Observa-se, portanto, que as estratégias elaboradas na Declaração de Jomtien, que ganhou espaço nas políticas educacionais pensadas para o Brasil nos últimos anos, é a redução do papel da escola no atendimento às necessidades básicas de aprendizagem e de um espaço de convivência e acolhimento social.

Tal fato está posto nos Parâmetros Curriculares Nacionais ao registrar que

A permanência dos alunos na escola é hoje um dos grandes problemas a serem enfrentados na educação brasileira [...] Entre as causas da não permanência está a falta de acolhimento dos alunos pela escola, pois de certo modo, este fator condiciona os demais. [...] (BRASIL, 1997, p. 42).

A tentativa de universalização do acesso à escola, limitando o saber universal a conhecimentos “mínimos”, segundo Libâneo (2010), ocasionou uma grande perda na qualidade do ensino e aumentou as desigualdades sociais. Ainda de acordo com o autor, as reformas educativas preocuparam-se somente com os fatores intraescolares, voltadas para redução da pobreza por meio de medidas externas: currículo, gestão, participação dos pais e comunidade. Não houve preocupação com a formação dos professores e com o desenvolvimento de estratégias de ação no interior da escola para garantir a aprendizagem, de maneira a diminuir a seleção e a exclusão.

Tais políticas agravaram as condições de trabalho do professor na escola, aumentando o descaso dos alunos com a educação e levantando questionamentos entre os educadores sobre os objetivos da educação no mundo globalizado.

Libâneo (2010) acrescenta que além da escola existem outras instituições que colaboram na socialização, tais como as mídias, o mercado cultural, o mercado de consumo e os grupos de referência dos jovens. Tal fato tem levado os educandos à falta de interesse pelos estudos e à crescente inquietude dos professores sobre como conseguir a motivação dos alunos para conter a indisciplina, pois percebe-se uma recusa pelos jovens de “[...] valores convencionais como esforço, estudo, trabalho pessoal, sacrifício, temperança, persistência e, paralelamente, a crescente inquietude dos professores sobre como conseguir a motivação dos alunos e conter atos de indisciplina [...]” (LIBÂNEO, 2010, p. 3).

Desenvolver o acolhimento e a socialização contrapondo a verdadeira função da escola não tem garantido a permanência do aluno na escola, no entanto, tem contribuído para o desenvolvimento de uma sociedade de indivíduos sem compromisso, responsabilidade e, principalmente, sem perspectiva, fortalecendo a divisão da sociedade em classes sociais: de um lado, uma minoria de ricos e herdeiros dos bens culturais, do outro, uma massa de trabalhadores pobres, desprovidos do instrumento cultural, ferramenta indispensável na luta de classes, sem direito de expressar e participar da vida política do país.

Para Saviani (1994), uma pedagogia que busca atender ao interesse das classes populares deverá valorizar a escola e se preocupar com métodos de ensino que atendam a todos. Deve-se pensar em uma escola que seja inclusiva e que queira transformar a realidade social, para que tenhamos uma sociedade mais justa.

Ainda sobre essa questão, Aquino (1997) contempla que o professor deve possibilitar a todos os educandos informações por meio de conteúdos relevantes que atendam aos objetivos da turma e que possam ser compreendidos pelos seus alunos. Para o autor, uma das causas do fracasso escolar está baseada nas questões institucionais, como escolas inadequadas, currículo e métodos de ensino inapropriados e falta de políticas públicas para a educação.

O aluno vê o conhecimento como algo distante de sua realidade e sem significado para a sua vida. Torna-se necessário, portanto, que a escola proporcione uma aprendizagem significativa que, segundo Gasparin (2005), inicia-se quando os alunos dizem o que sabem sobre o tema da aula e o que gostariam de saber a mais. Assim, é importante que o professor seja conhecedor do tema proposto em sala de aula e descubra quais seus pensamentos e sentimentos sobre o conteúdo. Tão importante quanto o conhecimento do professor é a correspondência das expectativas do educando. É fundamental que o aluno saiba qual a utilidade prática do conteúdo, a fim de que tenha interesse pelo aprendizado para, a partir desses conhecimentos, o professor propiciar um novo ponto de chegada, por meio do conhecimento científico.

3 Escola, Sociedade e Processo Produtivo

A educação no Brasil, nos últimos anos, tem seguido as diretrizes estabelecidas nos documentos oficiais que procuraram manter as orientações defendidas no Relatório da UNESCO da Comissão Internacional sobre a educação no século XXI, cujas ideias estão sistematizadas no Relatório Jacques Delors⁶. A política pensada para definir a função da educação tem sido orientada no sentido de manter uma sociedade de classes e a organização do meio produtivo que visa o lucro.

⁶ Relatório Jacques Delors: documento que resultou dos trabalhos desenvolvidos, de 1993 a 1996, pela Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), coordenado por Jacques Delors. No Brasil a reforma esta publicada em forma de livro, com o título Educação: Um Tesouro a Descobrir (UNESCO, MEC, Cortez Editora, São Paulo, 1999).

Dessa forma, para compreender a função da escola, faz-se necessário compreender a relação escola, sociedade e meio de produção.

Com a globalização mundial, observa-se o desenvolvimento de uma sociedade flexível, em que nada pode se prever.

O indivíduo é incentivado a querer sempre coisas novas, influenciado pela propaganda, está sempre buscando a adesão ao modismo. Os produtos são descartados com facilidade para a aquisição de um novo lançamento. Novos valores vão sendo construídos. Para o indivíduo, ter mais do que necessita é indispensável para sua felicidade.

Surgem novos mercados, novos setores de produção, nova forma de contratos trabalhistas e a terceirização. Com o avanço da tecnologia, há uma diminuição da oferta de trabalho, ocasionando a redução da mão de obra e, ao mesmo tempo, exigindo do indivíduo novas competências. Busca-se um trabalhador capaz de adaptar-se ao mercado em constante transformação, é fundamental que esteja constantemente se atualizando, principalmente para o domínio de novas tecnologias. Os trabalhadores não mais exercem uma única tarefa, devem aprender a trabalhar em equipe, atuar sob pressão e, ainda, serem criativo para solucionar problemas.

Nesse contexto, iniciam-se as reformas educativas, cujo objetivo é buscar uma educação que atenda ao interesse do capital. Um dos documentos a ser produzido no Brasil, seguindo as diretrizes das políticas internacionais, foi a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a educação básica (PCN).

Para Galuch e Sforzi (2011), embora os PCN não se configurassem como um modelo único para educação, uma vez que a LDBEN facultava aos Estados e Municípios elaborar suas propostas curriculares e pedagógicas, esse documento, por se tratar de uma proposta curricular oficial, exerceu grande influência sobre a educação escolar.

Segundo a análise das autoras, a proposta tem por princípio desenvolver uma educação voltada aos interesses do mundo produtivo, baseado no lucro e na divisão de classe, e não contestar o modelo de sociedade na qual está inserida. Cabe à escola elaborar um currículo que vincula a educação com o mundo produtivo, visando preparar o sujeito para viver em um mundo cada vez mais competitivo.

A educação deve levar o sujeito ao aprimoramento de competências e habilidades para que seja um profissional preparado para adaptar-se, permanentemente, em um mundo onde o trabalho está em constante mudança, no qual não há garantia de emprego.

Conforme Galuch e Sforzi (2011), a concepção de uma educação voltada para o desenvolvimento de competências e de um trabalhador polivalente, seguindo as políticas internacionais desenvolvidas para educação dos países emergentes, está claramente colocada nos PCN. Nesse documento, fica claro que a finalidade da escola é, principalmente, formar um indivíduo cada vez mais criativo e competitivo, que esteja permanentemente aprendendo para o mercado de trabalho que não oferece certezas, onde não há emprego para todos; deve, também, garantir uma educação com o objetivo de desenvolver nos alunos o espírito de solidariedade, tolerância e o saber viver juntos.

Percebe-se que não há uma preocupação com as desigualdades sociais, mas, com o desenvolvimento de um currículo que busque trabalhar esse tema sob a perspectiva da diversidade e da pluralidade, com a finalidade de evitar conflitos.

Essa forma de pensar a educação traz como consequência o fortalecimento das ideias liberais, nas quais a responsabilidade do fracasso recai sobre o indivíduo. Caso não desenvolva as competências necessárias para inserir-se nessa nova forma de organização de produção, o fracasso, o desemprego e a exclusão são responsabilidades suas.

Grande parte dos jovens brasileiros vive em condições sociais de exploração e opressão e, muitas vezes, se veem obrigados a abandonarem os estudos para ingressarem no mercado de trabalho. Para eles, a educação não é prioridade. Tal fato justifica-se devido à enorme desigualdade de distribuição de renda no país, uma vez que, conforme explicita o Plano Decenal de Educação para Todos (PDE), o Brasil é um dos países mais perversos em distribuição de renda do continente. Segundo o documento,

[...] os 10% mais ricos concentram mais da metade da renda nacional [...] Medidas adotadas nos últimos anos buscam o ajustamento à concorrência por meio da compressão de salários, deixando de promover a redistribuição de renda pela via salarial e exigindo a incorporação de crianças e jovens, na faixa escolar, ao mercado de trabalho (BRASIL, 1993, p. 20).

Em 2007, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)⁷, 13,2% dos alunos que cursavam o Ensino Médio abandonaram a escola, o que corresponde a pouco mais de um milhão de alunos.

A situação é grave, principalmente por tratar-se de jovens excluídos dos bens culturais da sociedade, encontram-se fora do mercado de trabalho por não atender às exigências da sociedade moderna, cada vez mais integrada à globalização e aos interesses do projeto neoliberal no que diz respeito à qualificação da mão de obra.

Para os jovens, em sua maioria, o trabalho é tão importante e fundamental que, diante do dilema em que necessitam optar entre trabalho e escola, muitas vezes, fazem a opção pelo trabalho, mesmo que seja temporário.

Saviani (2007), em seu artigo Trabalho e Educação: fundamento ontológico e histórico, publicado na Revista Brasileira de Educação, observa que a existência humana não é dada naturalmente, mas tem que ser construída pelos próprios homens, pelo trabalho. O homem não nasce humano, mas tem que aprender a ser homem, o que acontece pelo processo educativo. Assim, é na convivência com o outro que os homens se educam e, ao mesmo tempo, transmitem conhecimento às novas gerações.

O trabalho para o homem é a condição necessária para que seja reconhecido como um indivíduo livre, independente, com qualidades e valores que o coloca em uma posição de respeito no grupo em que convive. Assim, o sonho dos jovens, não importa a sua condição econômica na sociedade, tem sido conseguir um emprego e por meio dele usufruir de tudo que o mundo moderno lhe propicia para viver bem. Porém, muitas vezes, esse sonho tem o levado à alienação e à submissão ao capital.

Segundo Paro (1999, p. 113), “[...] o trabalho é fundamental para o bem viver [...]”, o homem deve usufruir desse bem sem que a condição de dominação predomine, isto é, ele não deve permitir que seu esforço seja subordinado às regras impostas pelo dono do capital. O trabalho deve possibilitar a emancipação do indivíduo e seu reconhecimento como sujeito construtor da história.

Sobre esse aspecto, Albuquerque (1991) questiona a respeito do fato de como a escola tem visto o trabalho: como educação que serve o capital, formando

⁷ INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, sistema de informações, pesquisas e estatísticas educacionais. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>.

os jovens para o trabalho produtivo, de transformação de bens materiais em bens de consumo, valores pregados pela classe dominante, ou tem visto o trabalho como possibilidade de humanização.

Ainda, de acordo com o autor, parece ser verdade que a escola não consegue quebrar essa ordem de submissão à ideologia dominante, dessa forma, não tem contribuído para a humanização do homem e, conseqüentemente, para a transformação da sociedade. Os nossos jovens ficam desprotegidos, sendo submetidos ao sistema de produção imposto pelo capital.

Para que a escola não reproduza os interesses dos grandes empresários, é preciso uma nova forma de pensar a educação. Quando aplicada ao trabalho, deve superar a ideia de formação do trabalhador alienado e submisso, onde o sistema o oprime. Paro (1999, p. 113-114), ao analisar a temática trabalho e educação, afirma que

[...] se entendermos que educação é atualização histórico-cultural dos indivíduos e se estamos comprometidos com a superação do estado geral de injustiça social que, em lugar de bem viver, reserva para a maioria o trabalho alienado, então é preciso que nossa escola concorra para a formação de cidadãos atualizados, capazes de participar politicamente, usufruindo daquilo que o homem histórico produziu, mas ao mesmo tempo dando sua contribuição criadora e transformando a sociedade.

Para Gomez *et al.* (2004), a educação não deve ser apenas um local de transmissão de conhecimentos prontos e já acabados, mas um processo complexo de ensino e aprendizagem, que vise capacitar os estudantes para pensarem e agirem com autonomia e, então, construir o novo conhecimento. Para o autor, “trata-se do desafio de articular dialeticamente a prática com a teoria, o fazer com o saber, o agir com o pensar, condição indispensável para a formação de sujeitos autônomos, eficientes e criativos” (GOMEZ *et al.*, 2004, p. 72).

A partir da compreensão dessa realidade, pode-se pensar na articulação de um trabalho com todos os envolvidos no processo pedagógico e, desse modo, buscar alternativas para a construção de uma escola transformadora. O professor deve ajudar o aluno a construir conhecimentos científicos para compreender a sua posição na sociedade e buscar meios de contrapor-se a ela. O aluno que sai da escola está sendo privado desse conhecimento e submetido a todas as formas de

opressão impostas pela classe dominante. Contudo, devemos considerar que o aluno evadido está fora da escola e não da sociedade.

4 A Implementação na Escola

Para investigar sobre os motivos que contribuíram para o alto índice de evasão no Colégio, campo de pesquisa deste trabalho, foi realizada uma entrevista com alunos, pais e professores. Foram entrevistados vinte e oito alunos evadidos do Ensino Médio do período noturno nos anos de 2009 e 2010.

4.1 Entrevista realizada com os Alunos

De acordo com o levantamento de dados de pesquisas realizadas no Ensino Médio do período noturno do Colégio, 65 (sessenta e cinco) alunos abandonaram os estudos nesses dois anos. Não foi fácil realizar a pesquisa, pois muitos alunos mudaram de endereço, outros não foi encontrado o endereço deixado na ficha individual e alguns pediram para deixar o questionário para responder em outro momento e não o fizeram. Embora fosse solicitado que não se identificasse, parece que muitos ficaram preocupados com a entrevista, entretanto, alguns pais agradeceram a presença, acreditando que o fato da professora estar ali, conversando com o aluno, poderia mudar a decisão do filho e fazer com que ele retornasse à escola.

Os alunos responderam algumas questões, tais como: renda familiar, trajetória escolar, motivos que o levaram a abandonarem os estudos, importância e função da escola e o que poderia melhorar na instituição de ensino para atender o aluno trabalhador.

Dos vinte e oito alunos entrevistados, vinte e três responderam estar trabalhando, 75,65% com carteira assinada, cumprindo uma jornada de oito horas de trabalho. Quando questionados se o salário recebido contribui para a renda familiar, todos os alunos responderam que sim. A renda familiar de 78,57% dos

alunos chega, aproximadamente, a três salários mínimos, o que torna indispensável o trabalho do aluno para contribuir nos gastos da casa.

Com relação à moradia, dezoito (18) dos entrevistados, moram em casa própria, dois (02) em casa cedida, um (01) mora em casa financiada e sete (07) residem em casa alugada.

Quanto ao item sobre o acesso às tecnologias, principalmente a Internet, 39,28% responderam não ter acesso e os demais utilizam o computador e acessam a Internet no trabalho ou em lan-houses.

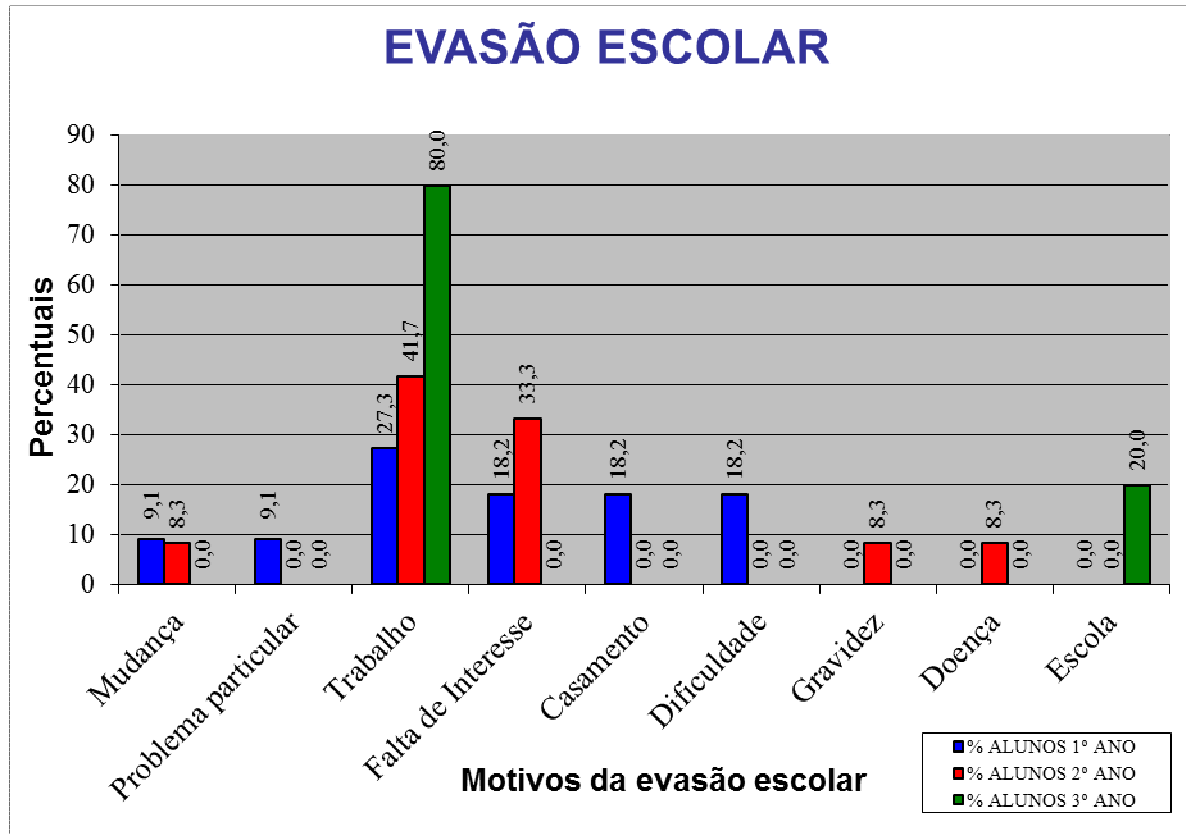
Os números mostraram que deve haver uma preocupação maior com tais jovens quanto ao acesso às tecnologias, uma vez que estamos tratando de alunos cursando o Ensino Médio e a utilização dessa ferramenta é indispensável para inseri-los no mundo globalizado e no trabalho.

71,5 % dos alunos residem em bairros, onde a distância entre a casa e a escola é de mais de 1000 metros, provenientes de diferentes bairros, tais como: Urupês, Parque Industrial, Centro, Copacabana, Jardim Cidade Nova, Lar Paraná, Jardim Thomaz, Vila Rural, Jardim Vitória e Jardim Tropical.

O fato dos alunos morarem distante da escola e a dificuldade em utilizar o transporte escolar, devido ao horário de trabalho não ser compatível, segundo depoimentos, faz com que eles cheguem sempre atrasados para a primeira aula.

Assinalam como positivo os programas desenvolvidos pelo governo para manter a criança na escola, 32% (trinta e dois) dos alunos responderam ter participado do programa bolsa família e 80% usufruíram do benefício do transporte escolar.

O quadro abaixo traz informações coletadas no questionário respondido pelos alunos sobre os motivos apresentados como causa do abandono escolar. Foram entrevistados 11 alunos do primeiro ano, 12 do segundo e 5 do terceiro ano.



MOTIVO	Mudança	Problema particular	Trabalho	Falta de Interesse	Casamento	Dificuldade	Gravidez	Doença	Escola
Nº DE ALUNOS 1º ANO	1	1	3	2	2	2	0	0	0
Nº DE ALUNOS 2º ANO	1	0	5	4	0	0	1	1	0
Nº DE ALUNOS 3º ANO	0	0	4	0	0	0	0	0	1

Por uma análise dos motivos apresentados pelos alunos na entrevista, o trabalho foi apontado como o maior responsável pela evasão escolar, contrapondo-se ao fato de que também é assinalado por eles como o principal motivo do retorno à escola. A justificativa de o trabalho ser o motivo dos alunos abandonarem os estudos deve ser combatida pelas escolas e pela sociedade, pois a falta de escolarização traz consequências sérias, uma vez que os jovens não apresentam

qualificação para exercerem qualquer atividade no mundo produtivo, tal fato os coloca à margem da sociedade, não os preparando para inserirem no mercado de trabalho e para a conquista da cidadania. O termo cidadania, aqui colocado, deve ser entendido como emancipação humana.

Tonet (2005, p. 473) coloca que a cidadania equivale a “[...] formar cidadão cada vez mais livre, justo e humano [...]”. A cidadania deve ser percebida como a emancipação humana, onde o sujeito, consciente dos direitos e deveres que fazem parte de uma sociedade democrática, mais justa e igualitária, possa desenvolver atitudes críticas diante dos problemas sociais na busca de soluções.

Partindo de uma perspectiva marxista, o trabalho deve ser visto como atividade que vai permitir que o homem se construa historicamente como sujeito social ativo, consciente e livre. Pois é na relação que o homem estabelece entre si e o trabalho que efetivamente o conduz a uma vida social. É necessário que ele tenha o controle de tudo o que produz para não se submeter à exploração dos homens uns aos outros.

A pesquisa apresenta também como justificativa a responsabilidade atribuída ao próprio aluno ao responder ser a falta de interesse o motivo pela não frequência na escola. Apenas um dos entrevistados alegou estar na escola a justificativa de seu abandono, reclamando da sala barulhenta e da falta de domínio do professor. Outras justificativas apresentadas são atribuídas à família, cujos motivos são: gravidez, doença, mudança e problema particular. Outro aspecto importante, que deve ser preocupação da escola, é que a dificuldade na aprendizagem foi apontada por dois alunos do primeiro ano como motivo para sua evasão.

Diante da análise realizada no decorrer deste trabalho, com relação à função da escola pensada por aqueles que estão no poder, a resposta dada como a falta de interesse para justificar o abandono deve ser analisada no conjunto, pois a maioria trabalha com uma jornada de oito horas, mora distante da escola e é difícil organizar o horário com o do transporte escolar.

A justificativa falta de interesse contrapõe a opinião dos entrevistados em relação à importância de estudar, pois eles reconhecem que o estudo é importante, a maioria almeja fazer uma faculdade e já sabem o que pretendem cursar. Acreditam que a escola exerce uma função importante na vida do indivíduo, preparando para a vida e para o trabalho e que hoje é impossível sobreviver sem ter concluído pelo menos o Ensino Médio. O estudo traz benefícios, conhecimento e

oportunidade para crescer no trabalho, melhorando a condição de vida. Para eles, estudar melhora a comunicação e traz mais oportunidades no mercado de trabalho. São palavras de um dos alunos ao responder a questão que pergunta sobre os benefícios que a escolarização traz para o indivíduo: “disciplina, capacidade maior para desenvolver suas metas, profissionalizar-se e maior capacidade de raciocinar.”

Percebe-se, também, que a maioria dos alunos entrevistados carrega na sua trajetória escolar a reprovação em uma ou mais séries, cujo principal motivo está relacionado às faltas. Alguns acrescentam na sua resposta que por apresentarem notas abaixo da média acabam deixando de frequentar a escola no final do quarto bimestre e, dessa forma, reprovam por notas e frequência.

Constata-se na pesquisa que o número elevado de faltas e o histórico de reprovação pertencem a um grupo de risco que deve ser observado pela escola para buscar ações voltadas a alunos com essa característica.

Compreender as causas que levam os jovens a abandonarem a escola é um desafio, uma vez que requer dos educadores quebrarem alguns paradigmas e refletir sobre os diferentes fatores no contexto social. Não se trata de culpar o próprio aluno, com argumentos de que ele não tem interesse, não tem compromisso ou não se esforça, ou culpar a família que não incentiva e não se interessa pela escola.

Para Libâneo (2010), a escola que hoje é ofertada aos pobres é uma instituição caracterizada pelas suas missões de assistencialismo e de acolhimento, proporcionando ao aluno o direito à aprendizagem para as necessidades básicas de sobrevivência. Assim, os educandos provenientes das famílias marginalizadas estão excluídos da apropriação da cultura e da ciência, instrumento necessário para torná-los aptos à reorganização da sociedade com vista à transformação.

A educação deve ser um tema discutido por toda a sociedade. Nada adianta assegurar por meio da Legislação a obrigatoriedade da educação a todas as crianças e adolescentes, se não houver um esforço coletivo de toda a sociedade para garantir esse direito. A permanência do aluno na escola sempre foi um grande desafio para o Estado e para as instituições escolares no Brasil. Os altos índices de evasão escolar têm demonstrado que muito ainda deve ser feito para garantir não só o direito a uma vaga na escola, como estabelece a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas, também, a permanência com sucesso da criança e do adolescente na escola e essa responsabilidade não deve ser apenas da instituição de Ensino. Cabe à escola conscientizar a família e o aluno da

necessidade e da importância da educação para a sua vida, bem como criar um canal de discussão com empresários e com a sociedade em geral para amenizar os motivos que têm contribuído para afastar os alunos da escola.

É preciso definir a verdadeira função da escola e suas limitações. Ela deve desenvolver uma prática educativa, segundo Tonet (2005), em uma visão emancipadora, formar sujeitos cada vez mais justos e humanos, comprometendo-se com as lutas dos trabalhadores que representam a força produtiva. Cabe à educação despertar as consciências para a necessidade de transformação e isso só terá êxito por meio do conhecimento.

Quando questionados sobre sua opinião de como a escola poderia organizar-se para atender melhor ao aluno trabalhador, responderam que o horário de entrada deveria ser acessível, nem todos podem chegar no horário; outros responderam que os professores devem passar menos trabalhos para casa. Esta foi a frase escrita por um dos alunos: “Menos trabalho para casa, em sala de aula fazer com que as aulas fiquem mais interessantes, menos entediantes.”

Foram palavras de outro aluno: “[...] a falta de autoridade do Professor na sala de aula é um dos motivos pelo meu abandono”. Acrescenta, ainda, na sua resposta, dúvidas com relação a melhoria da Escola Públicas no Brasil.

Como percebemos, não podemos aceitar a justificativa de que o trabalho e a falta de interesse do aluno seja o grande pilar da desistência, pois tal fato, aliado a uma escola desinteressante e à necessidade do jovem ter o momento de lazer, à desigualdade social, à influência da mídia vinculada aos interesses do capital responsável pelo desenvolvimento de um sujeito alienado e às políticas educacionais elaboradas com vistas a manutenção do lucro e a manutenção de classes antagônicas, compõem um conjunto de fatores que influenciam a infrequência do aluno na escola.

4.2 Entrevista realizada com os Pais

Os pais responderam a diferentes questões referentes a escolaridade, participação na vida escolar de seu filho, os motivos que levaram seu filho a abandonarem os estudos, a opinião sobre a função social da escola e duas

questões abertas sobre as vantagens do Ensino Superior e o que a escola poderia fazer para contribuir para que seu filho não abandone os estudos.

Com relação à escolaridade dos pais, 11,1% concluíram o Ensino Médio, 5,5% responderam terem concluído o Ensino Superior e 70,4% não concluíram o Ensino Fundamental, sendo que desses, 59,37% cursaram apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Os pais assinalaram como causa do abandono da escola três fatores: trabalho, dificuldade de aprendizagem e falta de interesse. Alegam que não participam muito da vida escolar dos filhos, mas, sempre foram à escola quando solicitado, reconhecem a importância dos estudos e sempre procuram incentivar seus filhos. O fato de a maioria dos pais não ter concluído o Ensino Médio os leva a acreditar que a falta de oportunidade no mercado de trabalho e a dificuldade de lidar com a tecnologia justifica-se pelo pouco estudo. Reconhecem que os filhos precisam trabalhar, mas a falta de interesse deles contribui para a falta de motivação para os estudos e acreditam que com um pouco mais de esforço e empenho daria para seguir os estudos.

Foram elaboradas duas questões abertas para que os pais respondessem. A primeira perguntava sobre as vantagens de o aluno concluir o Ensino Superior. Todos responderam que traz mais oportunidades no mercado de trabalho. A outra questão foi acerca da opinião deles sobre o que a escola poderia fazer para contribuir para que seu filho não abandonasse os estudos. Muitos deixaram sem responder, outros colocaram que a escola deveria fazer o horário das aulas mais tarde para dar tempo para os jovens chegarem para o primeiro horário. O que chamou a atenção foi o fato de que alguns dos pais entrevistados colocaram que não depende só da escola, é preciso que o aluno tenha mais interesse. É um ponto positivo para escola os pais não a culparem e reconhecerem que ela tem feito seu trabalho e que eles devem colaborar mais, ajudando seus filhos nos trabalhos de casa e procurando acompanhar mais o dia a dia na escola.

4.3 Entrevista com os Professores

Na entrevista realizada com os professores que ministram aula no Ensino Médio, todos responderam que se dedicam apenas ao trabalho nas escolas onde

atuam, portanto, não exercem nenhuma função além do magistério. Conhecem o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar do Colégio Estadual de Campo Mourão. A maioria contribuiu na sua implementação por meio das discussões realizadas na Semana Pedagógica e reuniões pedagógicas organizadas para essa finalidade, assim como na elaboração da Proposta Pedagógica de sua disciplina. Quando questionados se o Projeto Pedagógico é colocado em prática, 82% dos professores disseram que sim e 18% responderam parcialmente, devido ao fato da grande rotatividade de professores no decorrer do ano letivo no colégio. Todos demonstraram conhecer bem a teoria que fundamenta as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná e a coloca em prática.

Quando questionados sobre a opinião em relação ao principal motivo que contribui para a evasão no Ensino Médio do Período Noturno, todos alegaram que isso se dá a um conjunto de fatores, sendo dois deles fundamentais: o trabalho e a falta de interesse. Nenhum dos professores assinalou o item que refere como causa a escola pouco atrativa.

72,73% dos professores entrevistados acreditam que os alunos não reconhecem as consequências que a falta de estudo traz para eles e para a sociedade, afirmam que os alunos que frequentam o Ensino Médio não apresentam dificuldade e estão conseguindo apropriarem-se dos conteúdos propostos pela sua disciplina. Esse fator deve ser analisado e discutido na escola, pois a reprovação também apresenta um índice elevado na escola em todas as séries.

5 Resultado da Implementação realizada com o Grupo de Estudo

Nas reflexões realizadas na escola, toda a problemática levantada com relação ao Ensino Médio noturno levou ao questionamento sobre a função social da escola e a relação escola e trabalho.

O mundo globalizado tem exigido cada vez mais um profissional capacitado e preparado para as grandes mudanças ocorridas em todo o setor produtivo. Diante disso há que se questionar se somente o Ensino Médio poderá preparar nossos jovens para atender esta demanda? E quando se discute na escola o problema da evasão escolar, ainda é mais grave, porque não está se efetivando na prática a

inclusão de todos os indivíduos na aprendizagem da cultura e da ciência acumulada historicamente.

O trabalho é um dos maiores problemas enfrentados pelas escolas, ele acarreta uma sobrecarga de tarefas, trazendo os alunos cansados para os estudos e, assim não estão dando conta da tarefa árdua nesta jornada dedicada ao trabalho e aos estudos. Conclui-se, desta forma, que tal público em especial é um cumpridor de tarefas e não um intelectual em essência, pois o cansaço proporciona um estudo defasado. Esse fato leva a considerar que a educação, de forma geral, tem fracassado na sua função.

O trabalho, somado à preferência dos jovens pela diversão leva-os a falta de interesse pelos estudos e conseqüentemente ao abandono.

Somente uma ação mais efetiva por meio de uma legislação específica voltada para o Ensino Médio noturno, o envolvimento da sociedade nessa discussão e a garantia de que os jovens estudantes tenham uma jornada de trabalho reduzida, sem perda de renda, poderá contribuir para resultados mais positivos na educação.

Quanto à escola, deve possibilitar momentos de reflexão e buscar no coletivo alternativas dinâmicas de planejar suas ações no cotidiano escolar, tendo em vista esse aluno que apresenta características peculiares diferenciadas do aluno que frequenta a escola no período diurno. Quanto ao professor, cabe elaborar um plano de trabalho mais eficiente, com aulas dinâmicas que favoreçam a reflexão dos conteúdos com a prática social do aluno, permitindo a ele a mudança de postura frente a nova realidade vivida.

No grupo de estudo, foi trabalhada a elaboração de um plano de aula utilizando o método dialético, seguindo os passos elaborados por Gasparin (2005).

O método dialético, proposto pela pedagogia Histórico-Crítica, que vai da prática social inicial a nova prática social pela mediação da teoria, compreende que a apreensão do conhecimento científico-cultural, na escola, acontece por meio das três fases: prática-teoria-prática.

Esse método não é uma prática utilizada no cotidiano da maioria dos professores, porém, ao construir juntamente com o professor o plano de trabalho nessa perspectiva, seguindo a didática proposta por Gasparin (2005), percebe-se que, de certa forma, os professores têm utilizado dessa prática no desenvolvimento de suas atividades em sala de aula, entretanto, não de uma forma complexa,

seguindo os cinco passos: prática social inicial do conteúdo; problematização; instrumentalização; catarse e prática social final do conteúdo.

Tal atitude, talvez, se dá pelo fato de não conhecer essa proposta com profundidade. Os professores, na avaliação da aula desenvolvida na sala seguindo os cinco passos propostos por Gasparin (2005), disseram que é impossível hoje em dia desenvolver uma boa aula sem trabalhar nessa dinâmica. Para o professor, é impossível trabalhar os conteúdos selecionados sem que o aluno tenha interesse, pois ele questiona, indaga e até mesmo discorda das colocações dos autores ao discorrer sobre determinado assunto.

Para os docentes, é viável planejar as unidades de ensino seguindo os passos do método dialético, pois ele possibilita ao professor, a partir daquilo que o aluno já sabe, instigá-lo a novos conhecimentos e a repensar as suas ações a partir dos novos conhecimentos adquiridos e, assim, assumir com consciência de que é sujeito histórico e suas atitudes fazem a diferença no seu convívio social.

O plano de aula seguindo a proposta dialética, leva os alunos a interessarem-se mais pelos conteúdos e terem maior participação. Para saber mais sobre o novo conhecimento apresentado pelo professor, os alunos fizeram muitas perguntas, o que causou espanto ao perceber que eles têm muitas dúvidas e não esperam, querem respostas rápidas e objetivas e aqueles que sabem sentem necessidade de socializar o seu conhecimento, fato esse que pode acarretar um grande problema, se o professor não conduzir com disciplina e planejamento a sua aula.

Para os professores que tiveram a oportunidade de participar dos estudos, segundo depoimento, foi importante para conhecer melhor o seu educando, percebendo com um novo olhar os motivos apresentados por eles na entrevista analisada pelo grupo sobre a sua opção em abandonar os estudos.

A reflexão sobre as políticas implementadas nos últimos anos no Brasil por meio da leitura das Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná e dos Parâmetros Curriculares Nacionais possibilitou conhecer os objetivos e finalidades da educação propostas pelas diretrizes traçadas nesses documentos. Os PCN's apresentam uma proposta que restringe a aprendizagem a conhecimentos básicos necessários à sobrevivência e à vivência de acolhimento, do viver juntos.

A apresentação da teoria histórico-cultural possibilitou aos professores a compreensão do processo de aprendizagem e desenvolvimento sob a perspectiva

do materialismo dialético, que busca estudar o homem e seu mundo psíquico como uma construção histórica e social da humanidade. O conhecimento, segundo essa teoria, se dá na interação sujeito-objeto por meio de ações mediadas socialmente. Libâneo (2010, p. 13), seguindo o pensamento de Vigotski, afirma que “[...] o papel da escola é o de prover aos alunos a apropriação da cultura e da ciência acumulados historicamente, como condição para o seu desenvolvimento mental e de torná-los aptos à reorganização crítica dessa cultura [...].”

A escola deve estar comprometida com a aprendizagem e com o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral do aluno.

Para os educadores, conhecer a importância da educação para o desenvolvimento do indivíduo significou pensar sobre a responsabilidade do professor na formação dos alunos.

Para o professor planejar suas aulas seguindo o método dialético: prática-teoria-prática, significa mudar de postura com relação ao aluno e à apresentação dos conteúdos. A princípio, parece tornar o trabalho do professor mais complexo, precisando se dedicar com maior tempo no planejamento das aulas, tendo em vista que para abordar os conteúdos nessa perspectiva, com uma sala numerosa e com alunos desinteressados, é necessário que o professor conheça com bastante propriedade o conteúdo selecionado e o educando, para não levá-lo a uma tentativa frustrada de buscar mudança na sua prática de sala de aula.

6 Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo buscar o entendimento sobre os problemas apresentados pelos educandos nos últimos anos no que diz respeito às causas que os têm levado a abandonarem a escola, excluindo-os do sistema escolar, que a princípio parece ser impossível buscar na prática soluções para os problemas econômicos e sociais que têm reproduzido em nosso país as desigualdades existentes entre os homens.

No entanto, com vista ao enfrentamento dessa problemática, foi possível entender a necessidade de buscar suporte teórico que sirva de reflexão e apoio para a prática docente, com o objetivo de contribuir para a efetivação de uma educação

que atenda igualmente a todos os alunos, na tentativa de amenizar a evasão escolar.

A implementação da Produção Didático-Pedagógica possibilitou, além de discutir com os professores sobre as causas da evasão na escola, desenvolver um estudo teórico sobre a aprendizagem na perspectiva Histórico-Crítica e o método dialético seguindo os passos propostos por Gasparin (2005). A didática apresentada por ele permitiu que o professor pudesse pensar em uma nova prática de sala de aula.

Com a pesquisa, foram levantados os problemas que fizeram e fazem com que os alunos abandonem as salas de aula: como o trabalho que, às vezes, é um fardo grande para os alunos, que acabam por ir cansados assistir as aulas e não têm ânimo para desenvolver a contento as atividades escolares, sendo possível entender que os alunos acabam sendo um público cumpridor de tarefas e não um intelectual em essência, pois o cansaço proporciona um estudo defasado, apenas para a aquisição de um certificado e não de conhecimentos, o que nos leva a pensar que a educação não tem alcançado seu objetivo.

Os desafios enfrentados para a conclusão do trabalho foram muitos: o envolvimento da comunidade escolar, assim como a aceitação em buscar mudanças na condução da prática docente. A falta de tempo dos professores para este estudo foi um dos maiores desafios, por mais que tentasse conciliar o horário às necessidades dos professores, não foi possível formar um grupo envolvendo os professores do Ensino Médio do período noturno. Participaram dos estudos apenas quatro pedagogas e três professores.

Referências

ALBUQUERQUE, Targélia de Souza. **Retratos Vivos do Cotidiano Escolar**: um estudo de crianças e jovem das camadas populares. Cascavel: Ed. Educativa, 1991.

AQUINO, J. G. **Erro e fracasso na escola**: alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: Summus, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Plano Decenal de Educação Para Todos**. Brasília, DF, 1993.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares nacionais: Matemática**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

_____. Presidência da República. **Programa Bolsa Família. Lei nº 10.219 de 11/04/2001**. Disponível em <http://www.mp.pa.gov.br/cao infancia/docs/legislacao_federal_10219.pdf>. Acesso em 20 jul. 2009.

FICA Comigo. Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Assessoria de Relações Externas e Interinstitucionais. Curitiba: SEED, 2005.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

GALUCH, M. T.; SFORNI, M. S. de F. Interfaces entre políticas educacionais, prática pedagógica e formação humana. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, v. 6, n. 1. p. 55-65, jan./jun. 2011.

GOMEZ, Carlos Minayo; FRIGOTTO, Gaudêncio; ARRUDA, Marcos; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Trabalho e conhecimento: dilemas na Educação do Trabalhador**. São Paulo: Cortez, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Censo da Educação Básica**, 1997. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/censosuperior>>. Acesso em: 21 jul. 2009.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Adeus Professor, Adeus Professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **A escola brasileira em face de um dualismo perverso: Escola do Conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. Texto elaborado para apresentação no X Encontro de Pesquisa em Educação da Anped-Centro-Oeste, julho, 2010.

PARO, V. H. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETTI JÚNIOR, M. A.; OLIVEIRA (Org.). **Trabalho, Formação e Currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999. p. 101-120.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: história de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, v. 12, n. 34, 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/vol12n34/>>. Acesso em 4 fev. 2011.

TONET, I. Educar para a cidadania ou para a liberdade. **Perspectiva**, Florianópolis, v 23, n. 2, p. 469-484, jul./dez. 2005.

TORRES, Rosa Maria. **Educação Para Todos**: a tarefa por fazer. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.